



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI N.º 034/2025
DE 02 DE JULHO DE 2025

**ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2463/2019, DE 22/08/2019 E DA
LEI 2669/2023, DE 28/04/2023.**

**VILMAR DE BIASI, Prefeito Municipal de São José do Ouro,
Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são
conferidas pela Lei Orgânica Municipal,**

**Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e
Eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º Fica incluído o § 2º-A no Art. 1º da Lei nº
2463/2019, com a seguinte redação:**

Art. 1º (...)

§§ 1º e 2º

**§ 2º-A. Na hipótese de falta(s) injustificada(s), o valor
da gratificação será proporcionalmente reduzido, considerando-se os dias
efetivamente trabalhados.**

**Art. 2º Fica incluído o § 2º-A no Art. 1º da Lei nº
2669/2023, com a seguinte redação:**

Art. 1º(...)

§§ 1º e 2º

**§ 2º-A. Na hipótese de falta(s) injustificada(s), o valor
da gratificação será proporcionalmente reduzido, considerando-se os dias
efetivamente trabalhados.**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO OURO, RS, 02 DE JULHO DE 2025**

**Vilmar de Biasi
Prefeito Municipal**

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

PROJETO DE LEI Nº 034/2025

São José do Ouro, RS, 02 de julho de 2025

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores:

Encaminhamos a essa Casa Legislativa para apreciação e votação das Senhoras e Senhores Vereadores o presente Projeto de Lei, que a finalidade de alteração do art. 1º da Lei Municipal nº 2.463/2019 e do art. 1º da Lei Municipal nº 2.669/2023, ambas relacionadas à concessão de gratificação especial aos motoristas efetivos do Município de São José do Ouro, lotados nas Secretarias de Saúde e de Educação.

A norma vigente prevê a perda integral da gratificação nos casos de falta injustificada (§ 1º, inciso I), o que, embora vise à valorização da assiduidade e da responsabilidade funcional, pode gerar situações de desproporcionalidade.

A redação ora proposta busca conferir maior razoabilidade e proporcionalidade à aplicação da penalidade, ao permitir que, na ocorrência de falta injustificada no mês, o desconto na gratificação seja proporcional ao número de dias trabalhados, evitando a perda total do benefício.

Trata-se, portanto, de uma medida de equilíbrio entre a exigência de comprometimento funcional e a proteção à remuneração do servidor, respeitando princípios constitucionais como os da razoabilidade, proporcionalidade e valorização do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Diante da relevância da matéria e pelas justificativas, solicitamos que este Projeto de Lei seja apreciado pelas Senhoras e Senhores Vereadores na forma proposta, bem como obtenha o seu trâmite em caráter de urgência, em conformidade com as disposições da Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno dessa Casa.

Atenciosamente.

Vilmar de Biasi
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.
Ver. LUCAS PEREIRA DA LUZ
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES
São José do Ouro – RS.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”